



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9522 - 3721-9661 - 3721-4916
E-mail: conselhos@reitoria.ufsc.br

ATA N.º 04 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 27 de março de 2012, às 8 horas e 30 minutos, na sala “Prof. Ayrton Roberto de Oliveira”.

1 Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta
2 minutos, na sala Prof. Ayrton Roberto de Oliveira, reuniu-se o Conselho Universitário,
3 convocado por meio do Ofício Circular n.º 04/CUn/2012, com a presença dos Senhores
4 Conselheiros: Carlos José de Carvalho Pinto, Maria Lucia de Barros Camargo, Débora Peres
5 Menezes, José Henrique Nunes Pires, Alexandre Marino Costa, Flávio da Cruz, Luis Carlos
6 Cancellier de Olivo, Arnaldo Debatim Neto, Fábio Luiz Lopes da Silva, Kenya Schmidt
7 Reibnitz, Arício Treitinger, Edemar Roberto Andreatta, Marília Terezinha Sangoi Padilha,
8 Sebastião Roberto Soares, Wellington Longuini Repette, Frank Siqueira, Valdir Rosa, Jamil
9 Assrey Filho, Aldalea Sprada Tavares, Roselane Neckel, Nazareno José de Campos,
10 Alessandro Pinzani, Vera Lucia Bazzo, Adir Valdemar Garcia, Edison Roberto de Souza,
11 Nelson Casarotto Filho, Edson Roberto de Pieri, Iolanda da Cruz Vieira, Flávio Rubens
12 Lapolli, Fernando Diefenthaler, Márcia Regina Goulart Stemmer, Andréia Barbieri
13 Zanluchi, Gerson Rabelo Napoleão, Júlio Eduardo Ornelas Silva, Edwilson Ribeiro, Giordano
14 de Azevedo, Murilo Rodrigues da Rosa, Rodrigo da Silveira Vasconcelos, Sérgio Luis
15 Schlatter Junior, Mariana Oliveira Decarli, Vitor Daniel Breda e dos convidados Professor
16 Sérgio Peters – Diretor Geral do Campus de Araranguá, Professor César Damian – Diretor
17 Geral do Campus de Curitibanos e Professor Álvaro Rojas Lezana – Diretor Acadêmico do
18 Campus de Joinville, sob a Presidência do Professor Alvaro Toubes Prata, Reitor da
19 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Havendo número legal, a Presidência
20 cumprimentou a todos e deu por aberta à sessão. Na sequência, justificou a ausência dos
21 Conselheiros: Luiz Otávio Pimentel, Miguel Arcângelo Broering, Juarez Vieira do
22 Nascimento, Sônia Gonçalves Carobrez, Manoela de Borba, Fernando Kinoshita e Edison da
23 Rosa. Ato contínuo, submeteu a apreciação da ordem do dia. Não havendo manifestações, deu
24 continuidade à sessão sendo apreciados os seguintes itens de pauta: 1. Apreciação e aprovação
25 da ata da sessão extraordinária realizada em 13 de março de 2012. O documento foi aprovado
26 por unanimidade. 2. Apresentação sobre o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) –
27 Abertura do Edital de Vagas/2013 para a comunidade em geral. A Presidência fez breve
28 introdução do assunto e em seguida, passou a palavra a Professora Marilene Dandolini Raup,
29 que, inicialmente, falou sobre os fatos que trouxeram este assunto até este Conselho. Explicou
30 que o Centro de Ciências da Educação havia aprovado a abertura de vagas, mas que, no
31 entanto, a Câmara de Ensino de Graduação aprovou o Parecer 175/CEG/2011, contrário à
32 abertura de vagas, entretanto sugerindo a abertura de consulta a comunidade acadêmica em
33 geral para discussão sobre a definição da função do NDI na UFSC e de alteração da
34 Resolução 035/CEPE/94”. Complementou dizendo que após tal deliberação, várias denúncias
35 foram encaminhadas ao Ministério Público, o qual recomendou a suspensão do Edital de
36 abertura de vagas, ora elaborado, conforme anos anteriores. Em seguida, a Professora
37 Marilene, por meio de projeção, apresentou o histórico do Núcleo, desde sua criação até os
38 dias atuais. Em discussão, o Conselheiro Edwilson Ribeiro falou sobre as demandas da
39 comunidade acadêmica no que diz respeito ao assunto e da necessidade de supri-las. Solicitou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9522 - 3721-9661 - 3721-4916
E-mail: conselhos@reitoria.ufsc.br

40 informações sobre as condições físicas/estruturais do NDI para a abertura de mais vagas e
41 questionou se é legalmente possível abrir para a comunidade em geral somente as vagas
42 remanescentes. O Conselheiro Nazareno José de Campos expôs, também, suas preocupações
43 em relação as questões estruturais que precisam ser sanadas antes da abertura das vagas, como
44 por exemplo, o acesso ao Núcleo e vagas de estacionamento. Lembrou do calendário
45 acadêmico que, geralmente, prevê o início das aulas para março e questionou: a) no caso da
46 abertura das vagas as atividades iniciariam em fevereiro ou março? b) como ficaria a questão
47 dos estagiários que iniciam as aulas somente em março? Comentou ainda que as ações
48 públicas são originárias da própria comunidade e que cabe a Instituição posicionar-se. Disse,
49 por fim, que a abertura de vagas reduz a responsabilidade do poder público municipal e
50 estadual, os quais têm o papel de atender as demandas da educação infantil. O Conselheiro
51 Frank Siqueira comentou que a abertura das vagas para a comunidade em geral retira o
52 benefício que os servidores desta Instituição têm, ou seja, aquele de deixar seus filhos no
53 próprio *Campus*, bem como as acadêmicas mães, afetando assim a questão da permanência.
54 Quanto à intervenção do Ministério Público, o Conselheiro disse que há argumentos para
55 responder ao Órgão, no sentido de manter o atendimento do Núcleo apenas para a
56 comunidade interna. O Conselheiro Sérgio Luis Schlatter Junior manifestou sua preocupação
57 com as acadêmicas que não tem condições de pagar uma creche particular, já que o valor do
58 auxílio creche pago pelo governo é insuficiente para manter os custos impostos pelo setor
59 privado. Disse ainda que a abertura das vagas para a comunidade geral deve se dar a partir de
60 um processo planejado, no qual estejam inclusas as políticas estudantis. Finalizou
61 questionando o papel da Prefeitura Municipal no atendimento as demandas da comunidade no
62 que se refere ao tema ora discutido. O Conselheiro Carlos Alberto Marques falou sobre a
63 natureza das vagas, as quais são públicas, não cabendo reserva. Questionou se é possível
64 haver uma política que comungue as duas coisas, ou seja, atender tanto a comunidade interna
65 quanto a externa. Disse ainda que o NDI é exemplo no que se diz respeito ao ensino,
66 entretanto falta nesta Instituição uma política de educação infantil. O Conselheiro Fábio
67 Lopes questionou a recorrência das vagas ociosas. Comentou que esta é uma Instituição
68 pública e, sendo assim, está comprometida com seu entorno. Nesse sentido, disse que a
69 abertura de vagas é inevitável, mas que o processo deve ser encaminhado com cautela. O
70 Conselheiro Edison de Souza disse que o processo de abertura de vagas é inevitável,
71 entretanto questionou até que ponto esta Instituição irá suprir as faltas do governo municipal e
72 estadual – a Universidade irá abrir para a comunidade em geral também a casa do estudante e
73 o restaurante universitário? A Conselheira Vera Bazzo explicou que o NDI mudou sua
74 característica inicial, ou seja, não é mais uma creche, mas sim uma unidade de ensino,
75 pesquisa e extensão que proporciona a formação de professores. Concordou que falta uma
76 política de educação infantil na Instituição e complementou dizendo que é necessário discutir
77 a política de assistência estudantil com urgência. A Conselheira Mariana Oliveira Decarli
78 manifestou-se dizendo que é necessário discutir melhor o assunto com a comunidade
79 acadêmica. O Conselheiro Sebastião Roberto Soares questionou se um aluno do NDI tem uma
80 matrícula UFSC. Após resposta positiva a sua pergunta, o Conselheiro manifestou-se
81 favorável a abertura de vagas. A Conselheira Roselane Neckel questionou: a) a situação atual
82 das vagas ociosas; b) se já foi realizado um estudo sobre a ociosidade dos grupos cinco e seis;
83 c) se há um planejamento para substituição dos bolsistas, se há professores suficientes; d) se
84 um novo calendário já está sendo pensado; e) se já está definido o novo caráter do NDI e f) se
85 há pessoal para atender questões de ordem psicológica e de saúde. Continuou sua fala,
86 dizendo que é necessário haver antes um planejamento com início, meio e fim para depois



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9522 - 3721-9661 - 3721-4916
E-mail: conselhos@reitoria.ufsc.br

87 abrir as vagas para a comunidade geral e comentou que foram criadas expectativas na
88 comunidade referente ao assunto, sem antes haver uma infraestrutura que ofereça condições
89 adequadas para tal ação. Por fim, concordou que a Instituição precisa desenvolver uma
90 política de educação infantil. Na sequência, a Presidência passou a palavra à Professora
91 Marilene, que respondeu aos questionamentos dizendo que: a) é necessário distinguir a
92 questão acadêmica da assistencial; b) não serão abertas novas vagas; c) neste momento a
93 comunidade interna está recebendo dois benefícios e é necessário definir qual será mantido ou
94 a creche ou o auxílio creche; d) houve debates no decorrer do ano passado sobre o assunto e
95 todos tiveram a oportunidade de participar; e) há vagas ociosas e não há lista de espera; f)
96 bolsistas neste ano foram disponibilizados a partir do dia vinte e nove de fevereiro; g) são
97 necessários trinta bolsistas, mas o número de bolsas é pequeno; h) o número de professores, a
98 princípio, é suficiente, entretanto eles não conseguem conciliar ensino, pesquisa e extensão e
99 i) existe uma estrutura de apoio psicológico/assistencial e para a saúde, o atendimento é
100 apenas para casos mais simples. Em seguida, a Presidência agradeceu a participação da
101 Diretora do NDI e comentou que o Ministério Público não determina, apenas recomenda.
102 Disse ainda que a Instituição tem autonomia para tomar decisões e que cada Conselheiro se
103 manifesta, no sentido de tratar das demandas da comunidade que ele representa. Explicou que
104 neste caso foi mantida a decisão da Câmara de Ensino de Graduação. Em seguida, deu
105 prosseguimento à sessão, sendo apreciado o próximo item da pauta. 3. Apresentação da
106 Proposta de Minuta de Resolução Normativa para uso do nome social por travestis e
107 transexuais nos registros da UFSC. A Presidência fez breve introdução do assunto e
108 comunicou que foram convidados para a sessão a Professora Miriam Pillar Grossi, a
109 Assistente Social Corina Martins Espindola, a Professora Ana Cristina Waltrick e o Servidor
110 Técnico-Administrativo Marcos Elias, todos Membros da Comissão que elaborou a Minuta de
111 Resolução em análise. Em seguida, passou a palavra a Professora Miriam Pillar Grossi, que
112 apresentou a resolução e falou sobre sua importância. A assistente social Corina falou sobre
113 como o assunto é hoje tratado na Universidade e qual o papel da Instituição neste processo.
114 Em discussão, o Conselheiro Edwilson Ribeiro solicitou esclarecimentos sobre como orientar
115 o aluno para requerer tal direito. O Conselheiro Sérgio Luis Schlatter Junior falou sobre o
116 preconceito que envolve o assunto e que não basta apenas institucionalizá-lo, é preciso
117 capacitar às pessoas para trabalhá-lo da melhor forma. O Conselheiro Luis Carlos Cancellier
118 de Olivo falou dos aspectos legais da Resolução e sugeriu que o assunto fosse aprovado já na
119 próxima sessão, sem necessidade de ser encaminhado para consulta pública. O Conselheiro
120 Flávio da Cruz manifestou sua preocupação em expor as pessoas quando da divulgação do
121 nome social junto ao nome civil e disse ser necessária a consulta pública. O Conselheiro
122 Edison de Pierri questionou se a Resolução em questão abrange todos os níveis de ensino. A
123 Assistente Social Corina respondeu ao questionamento, dizendo que sim e que para os
124 servidores técnico-administrativos já existe uma Portaria do Ministério da Educação que lhes
125 garante o direito. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença da Comissão e propôs que a
126 Resolução fosse encaminhada para consulta pública, entretanto por um prazo reduzido. O
127 Conselho Universitário aprovou o encaminhamento feito pela Presidência. 4. Apresentação
128 sobre a Criação do Regimento dos *Campi* e alterações no Estatuto da UFSC. A Presidência
129 introduziu o assunto, e, em seguida, passou a palavra ao Professor José Carlos Cunha Petrus,
130 o qual apresentou, por meio de projeção, as principais alterações no Estatuto. Em discussão, o
131 Conselheiro Sérgio Luis Schlatter Junior questionou qual a concepção dos *Campi*, como eles
132 se relacionam entre si e como são observados pelo Campus Sede. Em relação à proposta
133 apresentada disse que ela foi predominantemente estruturada pelo Campus Joinville, e, sendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 3721-9522 - 3721-9661 - 3721-4916
E-mail: conselhos@reitoria.ufsc.br

134 assim, é necessário ouvir as propostas dos outros *Campi*, antes de se tomar uma decisão. O
135 Conselheiro Flávio da Cruz chamou a atenção para a legalidade do processo, sendo que este
136 deverá estar em concordância com o Regimento Geral e Estatuto da Instituição. O
137 Conselheiro Alessandro Pinzani questionou sobre a atual não departamentalização dos *Campi*,
138 se esta é uma situação do momento e virão a ser ou é uma situação já definida. Disse ainda
139 que é importante explicitar as funções de cada um dos Diretores dos *Campi* e que é
140 importante encaminhar o documento para consulta pública, a fim de que toda a comunidade
141 acadêmica, principalmente a dos *Campi*, possa opinar sobre o assunto. A Presidência explicou
142 que esta é apenas uma primeira apresentação sobre o tema, para que este Conselho se insira
143 nas discussões, visto que caberá a este Órgão a aprovação final do Regimento dos *Campi* e
144 alterações no Estatuto. Ato contínuo, a Presidência encaminhou o item cinco da pauta -
145 informes gerais - o Conselheiro Sérgio Luis Schlatter Junior manifestou-se dizendo estar
146 sendo cerceado de seus direitos como Membro deste Conselho, visto as últimas publicações
147 da imprensa, mais especificamente nas páginas virtuais dos colunistas Moacir Pereira e Cacau
148 Menezes, referente ao processo em que foi Relator de Vistas, sobre a cessão de área da UFSC
149 para alargamento da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Leu as matérias publicadas e
150 solicitou que a administração central tornasse acessível para a comunidade todo o projeto e
151 que este Conselho emitisse nota de esclarecimento sobre a decisão tomada. A Conselheira
152 Roselane Neckel disse que as publicações afetam a todos os Conselheiros, os quais estão
153 inclusive sendo desrespeitados. Lembrou que este Conselho discutiu exaustivamente o
154 assunto e a decisão foi tomada com responsabilidade. Disse ainda que concorda com a
155 emissão da nota de esclarecimento. O Conselheiro Flávio da Cruz lamentou o preconceito
156 contido nas publicações da imprensa. O Conselheiro Luis Carlos Cancellier de Olivo disse
157 que é preciso responder somente as inverdades ditas em relação à legalidade. O Conselheiro
158 Adir Valdemar Garcia manifestou-se dizendo que este Conselho foi ofendido, visto que a
159 decisão foi tomada sob a ótica da responsabilidade social e não sob a perspectiva da
160 manipulação política, conforme divulgado pela imprensa. O Conselheiro Alessandro Pinzani
161 comentou que as matérias divulgadas, por colunistas e não jornalistas, relata fatos não
162 verdadeiros e, sendo assim, é necessário retificar essas informações equivocadas. O
163 Conselheiro Edemar Roberto Andreatta manifestou-se dizendo que não é saudável para a
164 Instituição um confronto com a imprensa. A Presidência falou sobre o direito que a imprensa
165 tem de se manifestar, mas que, no entanto, se solidariza com a posição do Conselheiro Sérgio.
166 Disse ainda que este assunto foi encerrado quando da posição deste Conselho em relação ao
167 assunto. Em seguida, propôs a elaboração de uma nota de esclarecimento pelos Conselheiros,
168 a fim de ser encaminhada aos colunistas, no sentido de explicar os fatos de forma verídica. O
169 Conselheiro Alessandro Pinzani ficou responsável pela redação a ser aprovada na próxima
170 sessão deste Conselho. Ato contínuo, a Presidência deu por encerrada a Sessão, da qual, para
171 constar, eu, Kátia Denise Moreira, Secretária Executiva dos Órgãos Deliberativos Centrais,
172 lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais
173 Conselheiros, estando a gravação integral da Sessão à disposição em meio digital.
174 Florianópolis, 10 de abril de 2012.